

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRE SOUZA

Ascom Procon-AL



Consumidores terão mais transparência das cobranças

Aplicativos de transporte e delivery devem detalhar preços

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio da Senacon — Secretaria Nacional do Consumidor, órgão responsável por proteger os direitos dos consumidores — publicou na semana passada a Portaria nº 61/2026, que obriga plataformas de transporte individual e delivery a detalhar a composição dos preços cobrados. Os aplicativos devem exibir o preço total, a parcela da plataforma, o valor destinado ao motorista/entregador (incluindo gorjetas) e, quando houver, o repasse ao estabelecimento comercial. A medida visa aumentar a transparência, reduzir assimetrias de informação e valorizar os profissionais. As plataformas têm até 23 de abril de 2026 para se adaptar às novas regras.

Porto de Santos sobe 4,7% no bimestre

O Porto de Santos movimentou 13,2 milhões de toneladas em fevereiro de 2026, alta de 0,4% ante um ano antes, segundo relatório mensal da autoridade portuária. No bimestre, o volume chegou a 25,9 milhões de toneladas (+4,7%). As exportações foram lideradas por soja, açúcar e café, enquanto as importações se concentraram em fertilizantes, químicos e máquinas. O porto também movimentou 919 mil TEU (cerca de 550 mil contêineres).

Divulgação/ABPA



Brasil produziu 14,3 milhões de toneladas em 2025

Recorde na produção de frango

A Cepea/Esalq-USP divulgou que a produção recorde de carne de frango ajuda a explicar a recente queda nos preços no mercado brasileiro. Segundo o indicador do centro de pesquisas, o frango congelado no atacado paulista foi negociado perto de R\$ 7,05/kg em março, refletindo a maior oferta interna. O Brasil produziu cerca de 14,3 milhões de toneladas de carne de frango em 2025, recorde histórico. No varejo, o frango inteiro varia entre R\$ 9 e R\$ 14/kg. O Paraná é o estado que lidera a produção nacional, com 34% do total, segundo o IBGE.

Preços dos ovos começam a cair

Os preços dos ovos também recuaram, segundo a Cepea/Esalq-USP, pressionados pela menor demanda na segunda quinzena de março. Apesar da queda recente, a média mensal segue em alta devido às valorizações no início da Quaresma. No atacado, a caixa com 30 dúzias de ovos brancos foi negociada perto de R\$ 177. No varejo, a cartela com 30 unidades varia entre R\$ 15 e R\$ 25.

Transparência

O Tribunal de Contas da União (TCU), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), abriu seleção para contratar consultor especializado em transparência e acompanhamento das emendas parlamentares. As inscrições seguem abertas até 31 de março.

Transparência II

A inscrição deve ser feita por envio de currículo, no modelo disponível no portal do TCU. O profissional selecionado deverá elaborar diagnóstico sobre o fluxo das emendas - da indicação pelos parlamentares até a execução final - e propor melhorias no monitoramento e na transparência dos recursos públicos.

Exclusão de MEIs

A Receita Federal começou a enviar termos de exclusão do Simples Nacional para cerca de 1,1 milhão de empresas e Microempreendedores Individuais (MEIs) com débitos tributários. O documento funciona como um aviso prévio e dá prazo de 90 dias para regularização por pagamento ou parcelamento das dívidas.

Exclusão de MEIs II

Caso as pendências não sejam regularizadas dentro do prazo, as empresas notificadas serão excluídas do Simples Nacional a partir de 1º de janeiro de 2027. A notificação é feita pelo Domicílio Tributário Eletrônico, e o prazo começa após a ciência do contribuinte. Segundo a Receita, a medida busca incentivar a regularização fiscal.

Dinheiro na conta

A B3, empresa responsável pela negociação de ações, títulos e derivativos no Brasil, aprovou o pagamento de R\$ 372,5 milhões em juros sobre capital próprio (JCP) aos investidores. O valor será de R\$ 0,07 por ação, com base na posição acionária de 31 de março. O pagamento está previsto para 13 de abril.

Regularização Fiscal

Empresas com débitos de ICMS inscritos em Dívida Ativa no Rio de Janeiro ganharam nova oportunidade de regularização com o Refis RJ 2026. O programa permite quitar dívidas com redução de até 70% em multas e juros e parcelamento em condições especiais. A adesão pode ser feita até 8 de abril.



Medidas do governo buscam adiar efeitos do reajuste tarifário

Conta de luz segue na bandeira verde em abril

ANEEL prevê reajuste médio de 8% na energia elétrica em 2026

Andre Souza - SP

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) manteve a bandeira tarifária verde para abril, o que significa ausência de cobrança adicional na conta de luz. A sinalização permanece em vigor desde janeiro e reflete condições favoráveis de geração, com níveis satisfatórios dos reservatórios após o período de chuvas e menor necessidade de acionamento de usinas termelétricas, que possuem custo mais elevado. A área técnica do setor elétrico, porém, prevê a possibilidade de retorno de bandeiras com cobrança extra no segundo semestre, com a chegada do período seco. Apesar do cenário atual sem taxa extra, projeções divulgadas pela própria ANEEL indicam aumento médio de 8% nas tarifas de energia elétrica ao longo de 2026. Segundo a agência reguladora, o avanço está relacionado principalmente ao crescimento de encargos e subsídios incluídos na composição das tarifas do setor elétrico.

Diante do provável aumento, o governo estuda medidas para reduzir o impacto imediato do reajuste nas contas. Conforme apurou o Correio da Manhã, a equipe econômica e o Ministério de Minas e Energia avaliam a criação de um empréstimo entre R\$ 6 e R\$ 7 bilhões, possivelmente por meio do BNDES, para cobrir parte dos custos que seriam

repassados de uma só vez aos consumidores. A proposta prevê diluir esses valores ao longo dos próximos anos, reduzindo o efeito imediato nas contas. O reajuste das tarifas é definido tecnicamente pela ANEEL, responsável por calcular e autorizar os índices aplicados pelas distribuidoras conforme regras regulatórias. As discussões que estariam em curso no governo não alteram a metodologia da agência, mas envolvem mecanismos financeiros voltados à suavização do impacto.

Medidas semelhantes já foram adotadas no primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014), quando houve redução tarifária acompanhada de compensações financeiras posteriores ao setor elétrico, em 2013. Durante a gestão Michel Temer (2016-2018), mecanismos também foram utilizados para postergar encargos e recalibrar subsídios. Já no governo Jair Bolsonaro (2019-2022), recursos de fundos setoriais e créditos extraordinários foram usados para limitar o repasse integral de custos, em 2021.

Alerta do TCU

Relatórios recentes do Tribunal de Contas da União (TCU) apontam que políticas com impacto tarifário no setor elétrico exigem planejamento orçamentário prévio, avaliação de custo-benefício e monitoramento permanente, para evitar efeitos fiscais prolongados.